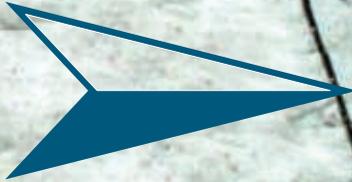




CABO DA BOA
ESPERANÇA



Município[®]

Relatório e Contas 2018



ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Investimentos	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-Financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	61
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	69
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	85

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras Presidente

Rui Manoel da Graça Coias Rep. CM Oeiras Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia Administrador

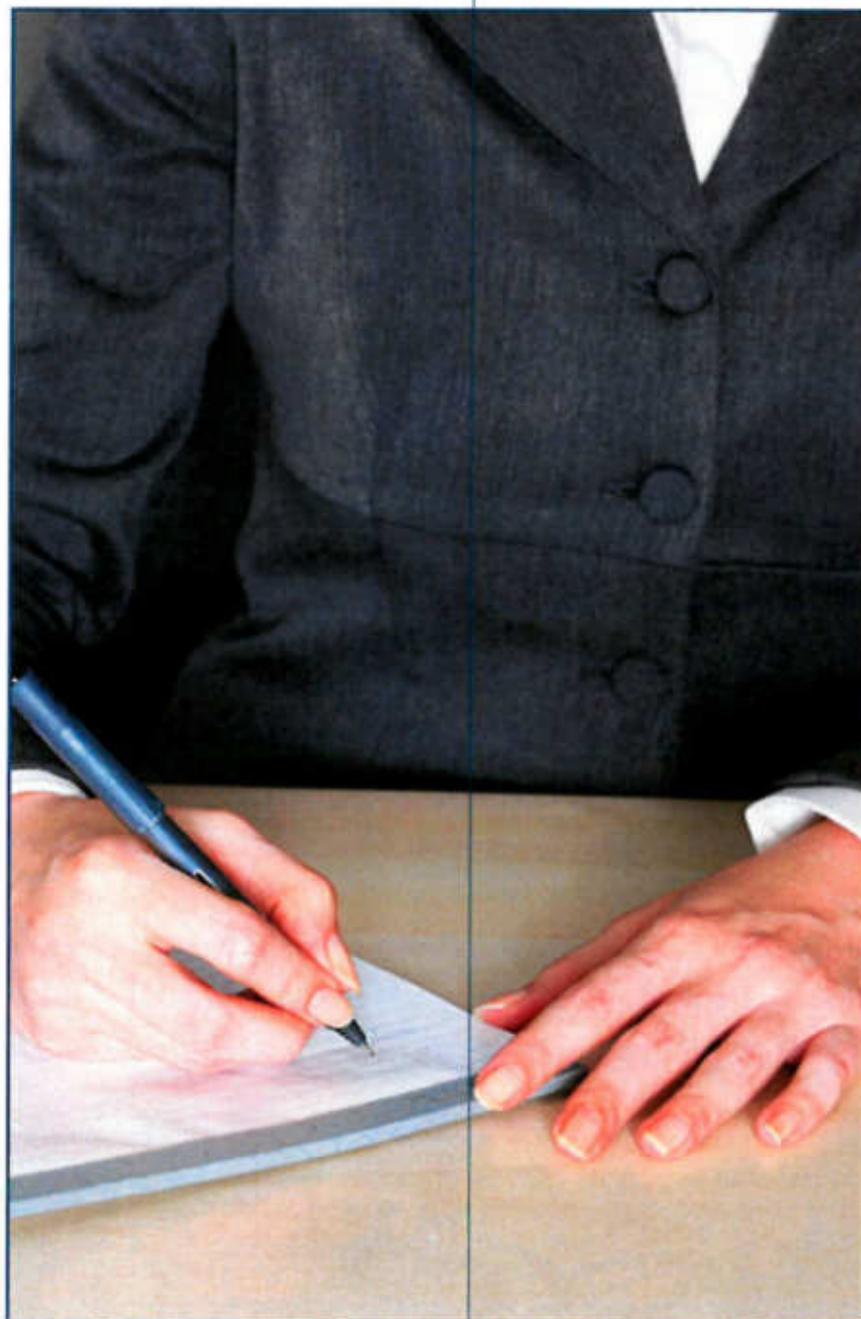
FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Membro Efetivo

em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda SROC nº 118

R
3
A.

RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem do Diretor Geral
Atividade Desenvolvida
Política da Qualidade
Certificações Técnicas
Investimentos
Recursos Humanos
Evolução Económico-Financeira
Proposta de Aplicação de Resultados

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2018.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

No presente exercício foi atingido o maior volume de negócios de sempre, com 3.772.485,43 euros, superando o registado há 11 anos, com 3.709.315 euros. O maior contributo para este valor, chegou do contrato assinado em 2018, com o Estado Moçambicano, Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural - Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, para a Regularização de Ocupações de Terras na Província de Nampula, de 144.714 títulos de DUAT, no valor de 273.965.000 MZN, cerca de 3.805.069 euros, para executar no prazo de 1 ano.

O projeto apresenta um grau de exigência logística sem precedentes, já que as dificuldades do terreno e do território são gigantescas, mas compensadas com a hospitalidade, com que a Municípiã tem sido recebida, nos vários distritos de Nampula.

Estamos a montar esta operação a 10.000 quilómetros de casa operacionalizando uma equipa com mais de 100 pessoas, suportada na sede em Oeiras, por elementos que diariamente dão apoio no terreno, através de tecnologia, meios financeiros e todo o suporte necessário à operação. A equipa de gestão do projeto está sediada em Nampula e movimenta-se

diariamente num território com uma área superior a 400 vezes o concelho de Oeiras, percorrendo distâncias com duração superior a 9 horas (num dos sentidos), enfrentando pisos, condições meteorológicas, fauna e flora que tornam a tarefa desta equipa de gestão muito difícil.

No mercado nacional, o maior destaque vai para a fotografia aérea, já que foi concluído o contrato "Aquisição de coberturas aerofotográficas digitais de Portugal Continental de 2018" com o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP), no montante de 455.206 euros.

A fotografia aérea teve nos últimos 3 anos um crescimento de 77% do número de horas de voo.

A nível nacional, as adjudicações de projetos de consultadoria na área de Inteligência Espacial têm gerado um nível de faturação interessante, o mesmo acontecendo com os projetos de cadastro de infraestruturas. Contudo estes projetos na área das infraestruturas, com margens de exploração preocupantes, obriga-nos a repensar a estratégia deste setor.

Os projetos desenvolvidos em 2017 e 2018 vêm comprovar a vocação natural da Municípa para os grandes projetos, tendo inclusive permitido o investimento na substituição do equipamento obsoleto e a manutenção da obtenção de resultados positivos, pelo quinto ano consecutivo.

O projeto de Moçambique é um projeto emblemático não só pela sua dimensão e características, mas também por ser o culminar de uma estratégia definida há 4 anos, onde se foram derrubando obstáculos, sendo a Municípa a única empresa estrangeira a ganhar um dos lotes deste concurso

R32

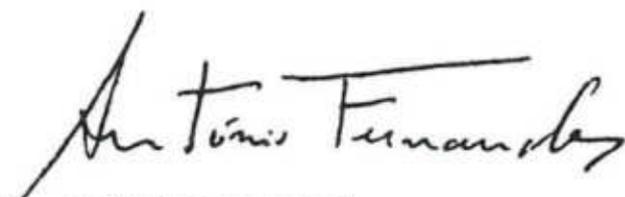


Relatório e Contas 2018

internacional. Está de parabéns a equipa da Município pela sua competência, capacidade de trabalho, disponibilidade e determinação.

Oeiras, 14 de janeiro de 2019.

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

f 32
A.

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

Um dos projetos mais relevantes da Direção de Cartografia e Cadastro de 2018 foi a realização da cobertura aérea com 30 cm de resolução para todo o continente.

Este projeto foi realizado em consórcio e a Município realizou 75% do trabalho.

Foi a primeira vez que foi realizada uma cobertura aérea com esta resolução para Portugal continental.



Figura 1 - Exemplos de imagens aéreas com GSD = 30 cm

Handwritten signature and initials in blue ink.

A adjudicação do projeto de Regularização das Ocupações de Terras na Província de Nampula para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Moçambique em junho 2018, representa o esforço que tem sido feito pela Direção da Municíпия ao longo dos últimos 3 anos.

Este projeto, além de todo o trabalho que irá ser realizado no terreno inclui também a componente de desenvolvimento da responsabilidade da Direção de Inteligência Espacial.

É relevante o facto de ser a primeira vez que uma empresa estrangeira irá realizar um projeto desta natureza em solo Moçambicano.

O consórcio Municíпия já realizou as visitas de reconhecimento aos distritos bem como já efetuou todas as apresentações do Consórcio e do projeto às Entidades Governativas Provinciais e Distritais nos meses de outubro e novembro.



Figura 2 - Apresentação ao Governo de Distrito de Momba

Entre os restantes projetos realizados pela DCC, nomeadamente 27 específicos de coberturas aéreas e 22 de produção de cartografia e ortofotomapas, destaca-se a elaboração do Modelo Digital de Terreno e do Levantamento Batimétrico do Rio Tejo para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e

f 32
A

o Projeto Solidário Oeiras 30Mais. Este projeto contemplou uma cobertura aérea e produção de ortofotomapas das áreas ardidas para 30 Municípios, com área ardida em mais de 20% do seu território nos incêndios de 2017.



Figura 3 - Modelo Digital do Terreno e batimétrico do Rio Tejo



Figura 4 - Exemplo do ortofotomapas com uma resolução de 15 cm - Concelho de Marinha Grande

R 34
R

Outros projetos relevantes

- A produção de cartografia e ortofotomapas à escala 1:5.000 (8.267 hectares) e cartografia à escala 1:1.000 (1.519 hectares) para a modernização da Linha de caminho de ferro da Beira Alta (troço Mangualde – Vilar Formoso com uma extensão de 95 km) para a empresa Infraestruturas de Portugal, ocorreu entre fevereiro e outubro.
- Cartografia à escala 1:10.000 de 607,4 Km de uma rede de autoestradas.
- Coberturas aéreas destinadas aos produtores agrícolas (vinha, milho e tomate), realizando em conjunto com DIE a informação final solicitada.

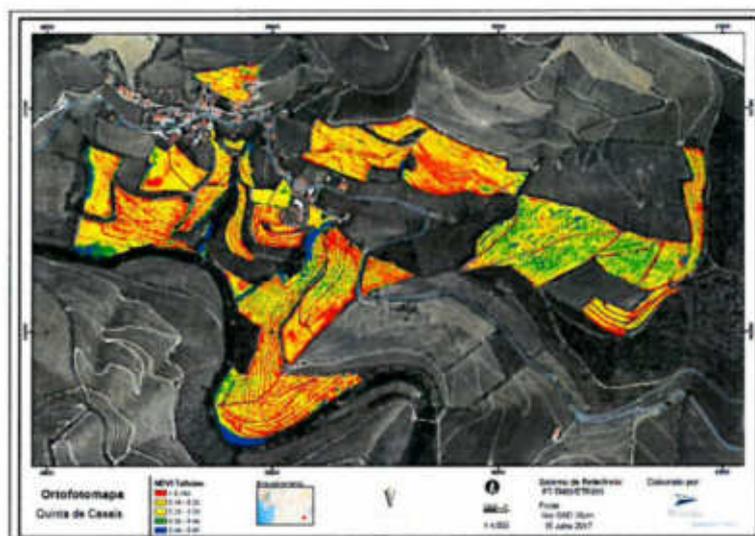


Figura 5 – exemplo de Mapa NDVI

Comparando 2018 com anos anteriores, verifica-se que houve um crescimento significativo da operação de fotografia aérea, incrementado pelo projeto realizado para o IFAP e que se reflete na seguinte tabela.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Relatório e Contas 2018

Ano	2016	2017	2018
Horas de voo	216	250	384
Nº de missões	59	70	78
Nº de imagens adquiridas	17.682	22.472	92.277

Finalmente a distribuição das horas afetas dos recursos humanos da DCC ao tipo de projeto durante o ano de 2018 foram conforme gráfico seguidamente apresentado:



Para 2019, continuaremos a garantir nas coberturas aéreas, a qualidade e rapidez, a um preço justo, para que no mercado as empresas privadas continuem a preferir a Município como seu fornecedor deste tipo de serviço. Adicionalmente, temos fortes expectativas para a execução de uma nova cobertura aérea para o IFAP e produção de cartografia à escala 1:10.000 para vários municípios do país.

P
BC
A

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Em 2018, a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) obteve o ano com maior volume de adjudicações de contratos, sendo um ano de rápido crescimento. No acumulado dos três anos de existência da DEI, o volume de contratos ascendeu a **1.162.511,36 euros**, estando previsto a continuidade de adjudicações ao longo de 2019.



Evolução do volume de adjudicação da DEI desde a sua criação em 2016 e o peso do tipo de adjudicações em 2018 por tipologia de projeto

R
3/1
A

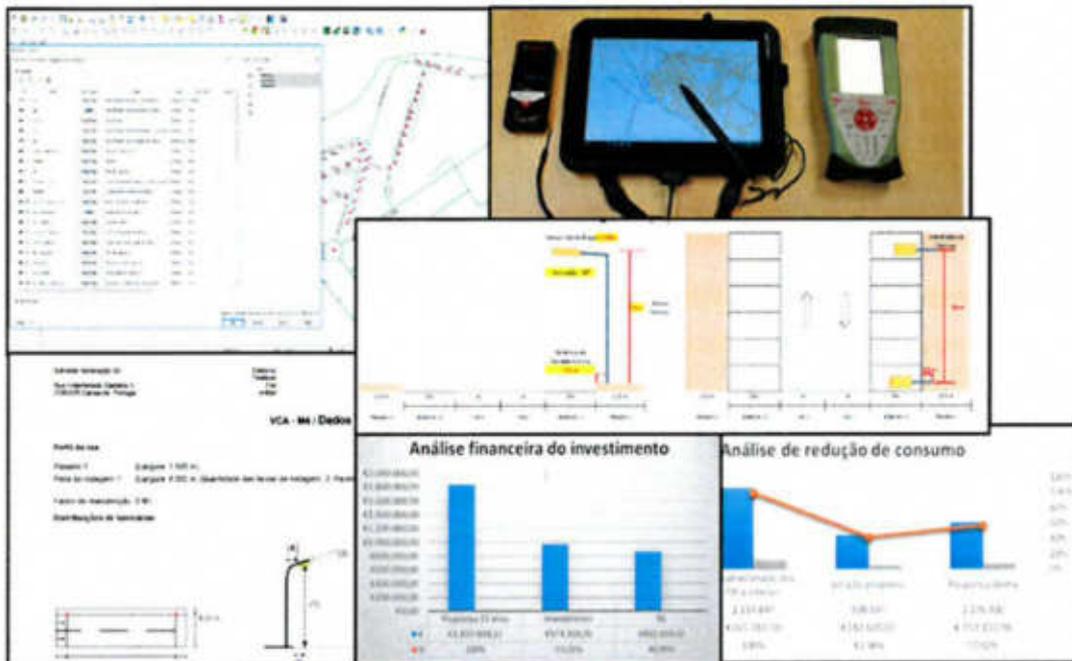
A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento e iluminação pública (IP).

O grande foco da direção esteve centrado na sua organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação e a equipar essas mesmas equipas.

Na área dos projetos de consultoria, o maior relevo vai para os projetos de estudos de eficiência energética na Iluminação Pública onde a Município desenvolveu projeto de conversão para tecnologia LED para cerca 11.000 Luminárias distribuídas pelos concelhos de Rio Maior, Benavente e Odivelas, que irá permitir reduzir a fatura desses concelhos em mais de 50% nas instalações analisadas. Já no final 2018, foi possível verificar alguns arruamentos destes Municípios com as alterações implementadas com feedback muito positivos. Esta é uma área a dar continuidade pelo menos nos próximos 3 anos.

A abordagem técnica da Município tem sido elogiada pela forma como aborda o problema e procura as soluções técnicas que melhor se adequam sempre com a preocupação do custo do investimento inicial, o seu payback sem pôr em causa o serviço público que a Iluminação Pública deve atender.

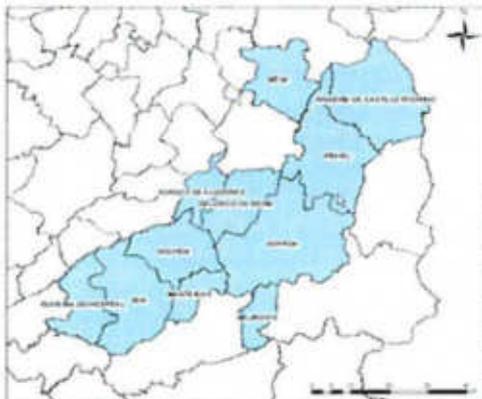
f 3L
A



Cadastro rigoroso organizado numa plataforma SIG, Estudo luminotécnico rigoroso com todos os parâmetros extraídos a partir do cadastro em SIG, análise rigorosa da Eficiência Energética da solução proposta e estudo de viabilidade financeira fundamentado.

Destaque para o projeto de elaboração de cadastro de infraestruturas de redes de água e saneamento para a Associação de Municípios da Cova da Beira (CadREDES AMCB), projeto este que abrange cerca de 12 Municípios e em que a Município participa na execução de cadastro em 6, abrangendo mais de 2.000 km de redes, com uma equipa de cerca 35 técnicos permanentes distribuídos pelos vários Municípios e em gabinete, nos escritórios da sede e da Guarda.

Handwritten initials and signature in blue ink.



Concelho	Previsto	Fase 2.1
Belmonte	138,4	70,7
Figueira de Castelo Rodrigo	110,9	109,8
Guarda	420,2	246,5
Manteigas	62,5	55,0
Pinhel	331,1	275,1
Sabugal		311,0
TOTAL	1063,1	1068,1

Em 2019, esta direção vai continuar a desenvolver projetos para colocar os SIG ao serviço da Engenharia e na gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 2020, tornando o país mais sustentável para as gerações futuras.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

A Direção de Inteligência Espacial (DIE) esteve envolvida, durante o ano de 2018, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 22% do total da DIE.



Percentagem de Afetação de Recursos Humanos

Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Help Desk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Continua a merecer particular destaque o apoio prestado aos projetos de infraestruturas da DIE. Neste ano foi também

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

iniciado, juntamente com a DCC, um processo de análise para conversão do Modelo de Dados de cartografia para um Sistema de Gestão de Base de Dados.

Relativamente às atividades de *Helpdesk*, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2018 foram efetuados 754 pedidos o valor mais alto registado desde que é utilizada a plataforma.



Número de Pedidos de Helpdesk

Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar o desenvolvimento da Plataforma Green Energy, que através do potencial de produção de energia solar dos telhados e do cruzamento com dados de consumo permite dimensionar o investimento em painéis de fotovoltaicos. Pretende-se que, com base neste desenvolvimento, se possa desenhar uma plataforma durante o ano de 2019 para comercialização junto dos municípios portugueses.

R
3/2
1
R



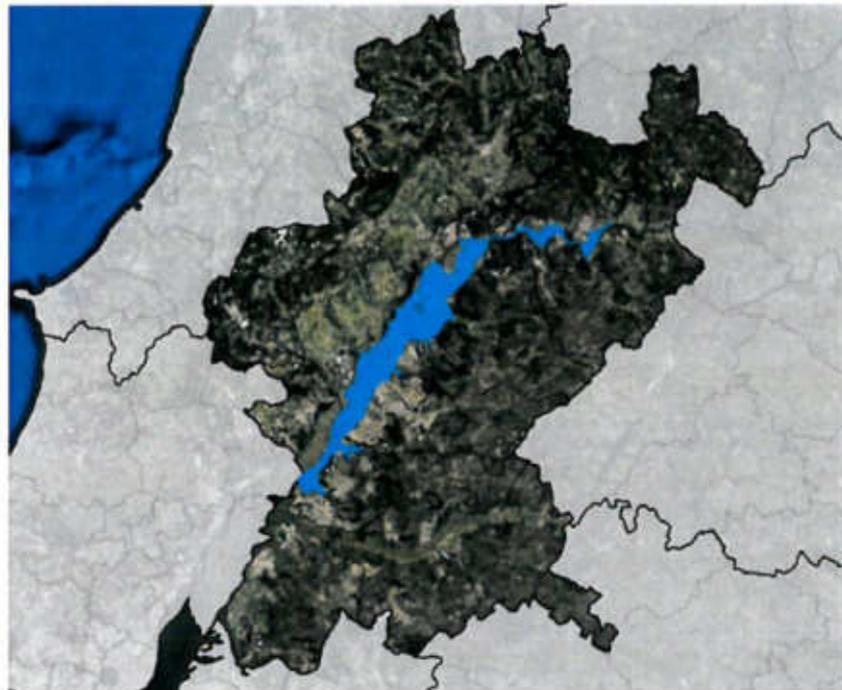
Plataforma Green Energy

Na área de atividade de elaboração de estudos e planos, destacamos a conclusão do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira, bem como do Estudo para a Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo. Destaque-se também a elaboração dos PMEPC de Guimarães, Ponta do Sol e Mealhada e a Cartografia de Risco de Machico.

↓ 30
R



Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo – Extensão da Área Inundável em 3D



Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo – Extensão da Área Inundável em 2D

fzk
AK

No âmbito da consultoria merece destaque o desenvolvimento executado durante os anos de 2017 e 2018 do Plug-In para QGIS para Gestão do Cadastro de Água e Saneamento que poderá ser rentabilizado através de um projeto a implementar na AMCB em conjunto com um parceiro.

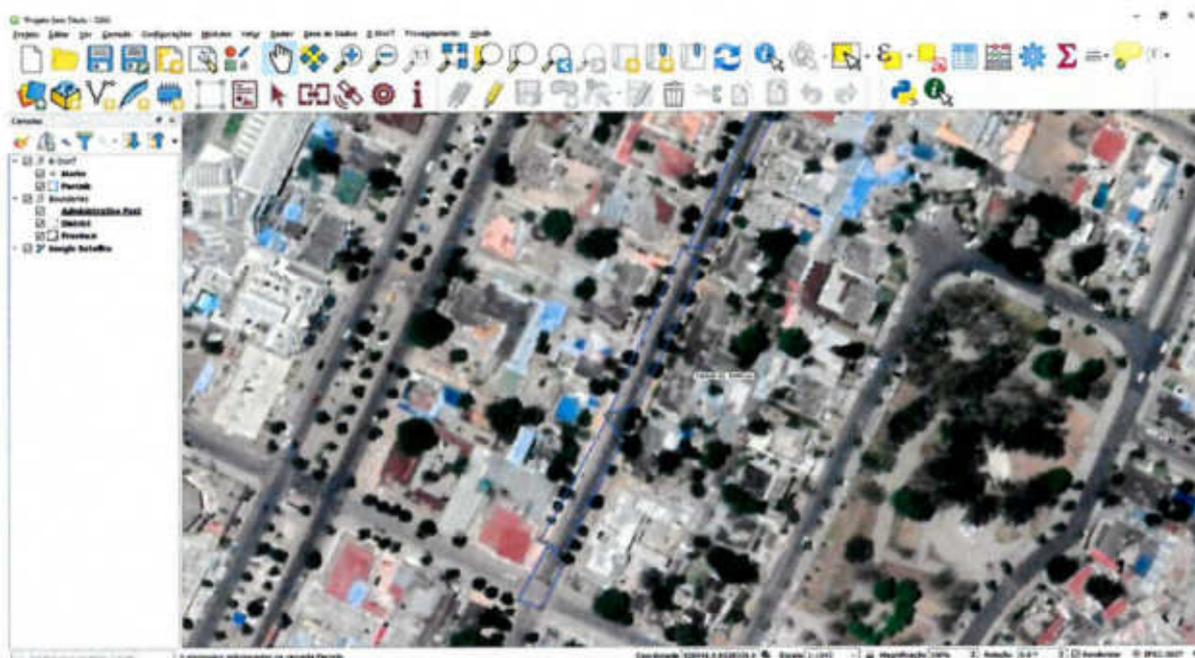
Pelo seu carácter emblemático, destacamos também a implementação do projeto Oeiras30Mais – Projeto Solidário que consistiu na disponibilização de uma Infraestrutura de Dados Espaciais para os 30 Municípios mais afetados pelos incêndios de 2017. Esta plataforma integra uma coleção de 3.500 ortofotomapas com GSD 15cm, gerados a partir de 22.500 imagens aéreas recolhidas pós fogos. Esta informação geográfica reveste-se de grande utilidade na ajuda à recuperação destes municípios, não só pelo seu rigor e pela sua atualidade, mas também, pelos subprodutos de cartografia temática que permite extrair e ainda pelo suporte que possibilita a qualquer análise e estudo com incidência espacial.



Oeiras30Mais

RZ
A

Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida. Mas o mais importante de destacar é o início do projeto de Regularização de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terras (RDUAT's) na província de Nampula, Moçambique, em que a DIE é responsável pelo desenvolvimento das aplicações de campo e de gabinete, bem como por todo o suporte técnico ao projeto.



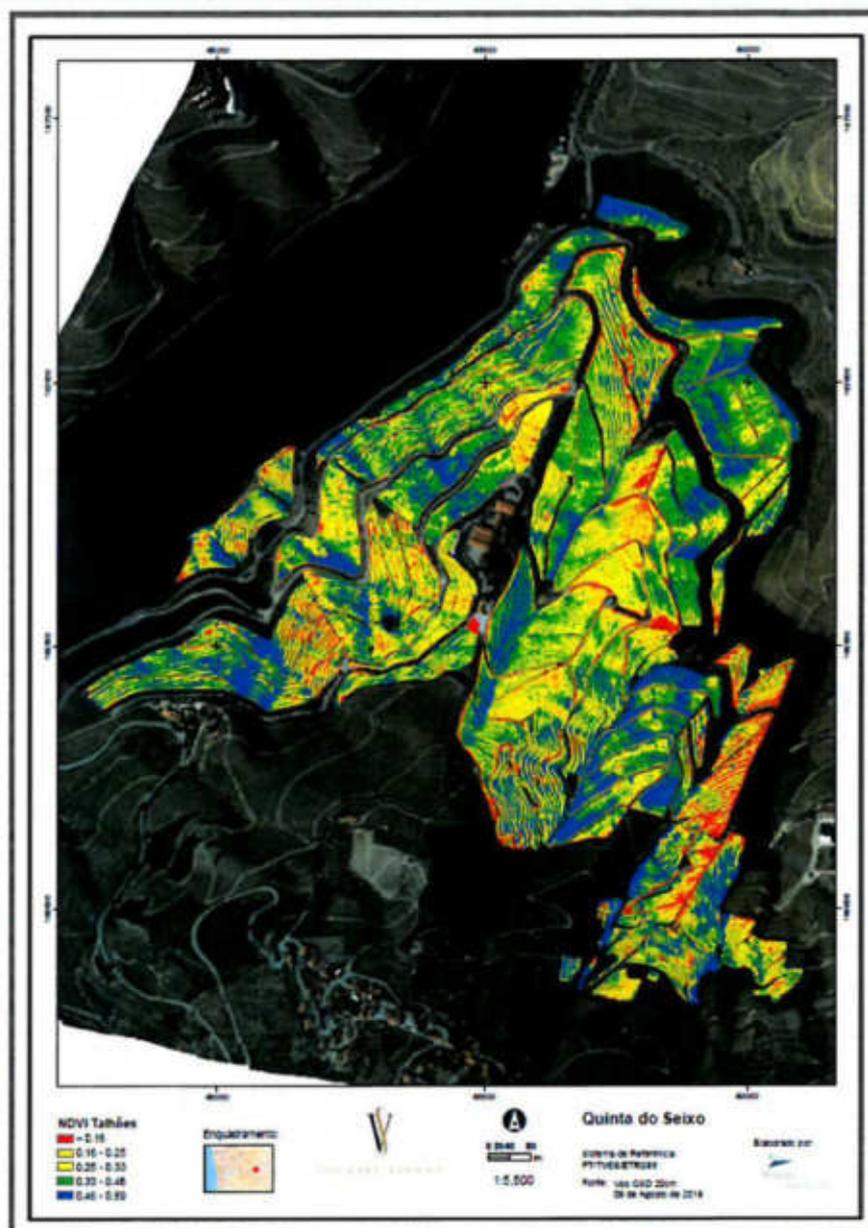
Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT – Parcelas

Aplicação de Registo e Gestão de RDUAT - Formulário

Quanto aos projetos de Deteção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha e mantivemos o fornecimento de NDVI à empresa TerraPro, uma consultora na Gestão de Rega, que utilizou os nossos dados no suporte aos produtores de vinho, milho e tomate na campanha de 2018.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



NDVI da Quinta do Seixo

Alguns destes projetos tiveram destaque no FOSS4G-Europe 2018 que decorreu em Guimarães e que contou com a presença da Municíпия.

Para o ano de 2019, continua em curso o projeto de RDUAT de Nampula, o da consultoria à IDE da CIM-TTM e desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, a

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura e a possibilidade de implementação da Aplicação de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento na AMCB. Ao nível dos estudos, destacam-se a possibilidade das revisões de alguns PMEPC e dos PMDFCI (neste último caso para a AMDS) e a aposta na cartografia de apoio aos Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas. Adicionalmente, está em curso o Projeto SOLIS, na sequência de uma candidatura à APA em parceria com Lisboa eNova.



SOLIS



DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS



O investimento realizado em termos de desenvolvimento de mercado e produto pela Direção de Novos Negócios (DNN) em anos anteriores refletiu-se em 2018, existindo uma deflexão na operação desta Unidade, avançando para o apoio à concretização de projetos como principal prioridade durante este ano.

Em Moçambique avançaram os projetos de regularização dos direitos de uso e aproveitamento de terra e de cobertura aérea, destacando-se a participação desta Unidade nas fases de preparação, esclarecimento e diagnóstico.

No mercado nacional teve início a segunda fase do projeto SOLIS, uma iniciativa da Agência de Energia Lisboa, com a participação DNN na componente de planeamento baseado na análise do negócio, objetivando que a fase de desenvolvimento aplicacional que se segue decorra com a máxima satisfação das expectativas dos utilizadores finais.



As linhas de negócio estabelecidas para aluguer de aeronave para retransmissão TV e realização de estudos de deteção remota para apoio à agricultura de precisão continuaram a ser asseguradas na sua vertente comercial pela DNN, com um volume menos significativo neste ano.

TOMTOM  O processo de comercialização dos dados de tráfego TomTom estabilizou, sendo distribuídos maioritariamente a clientes privados do retalho, saúde e operadores privados de transportes, notando-se ainda a falta de maturidade dos atores públicos na criação de valor neste tipo de informação.

A operação de distribuição de serviços de gestão de frotas em exclusivo Cartrack atingiu o nível mais alto de sempre, com 3.000 viaturas a serem monitorizadas em 152 clientes, dos quais 54 Autarquias e 75 Corporações de Bombeiros, esperando-se para 2019 um crescimento superior a 10%.

[Handwritten signature]



A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT constituiu a linha de negócio mais emergente participada por esta Unidade. Ascendeu em 2018 às 50 Entidades Aderentes, com aquisições materializadas nos Acordos Quadro de combustível a granel, combustível a cartão, viaturas ecológicas e equipamento informático. As adjudicações previstas para 2019 permitem antever a obtenção de resultados positivos para este projeto, dando início a um período de obtenção de rentabilidades conducentes ao retorno do investimento aplicado até ao momento.

Ao nível do lançamento de novos serviços destaca-se a linha património +, um conjunto de soluções de acervo de elementos para património baseada no levantamento de elementos 3D e sua virtualização e impressão 3D. Esta linha, lançada no primeiro trimestre de 2018, suscitou o interesse de várias Entidades, tendo sido realizados um conjunto de reuniões comerciais com impacto esperado para 2019.



A comunicação geral da empresa manteve a sua atividade nesta Direção, com um trabalho continuado de lançamento de conteúdos via www.municipia.pt e www.centralconnect.pt, social media de ambas as marcas e na forma de newsletter em papel e digital distribuída trimestralmente a todos os Municípios, Comunidades Intermunicipais e Empresas do Setor Empresarial Local.

Atividade Comercial

CONCURSOS

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municípiã, ao longo do ano de 2018:

Propostas	Nº Propostas 2017	Nº Propostas 2018	Δ% Propostas 17-18	Em Valor		Δ% Valor 17-18
				2017	2018	
Propostas adjudicadas	163	176	8,0%	1.864.598	6.461.509,94	246,5%
Propostas em aberto	261	321	23,0%	25.121.624	14.660.402,57	-41,6%
Propostas recusadas	109	31	-71,6%	4.051.031	670.066	-83,5%
Total de Propostas Apresentadas	533	528	-0,9%	31.037.253	21.791.979	-29,8%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 528 propostas ao longo do ano de 2018, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 8%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 246,5% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2018 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

Top 10 Clientes	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.428.536	35,1%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	849.412	20,8%
INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS	455.206	11,2%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	74.103	1,8%
ARTESCAN – 3D SCANNING	71.978	1,8%
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO	70.962	1,7%
MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA	62.964	1,5%
GEOIDE	60.929	1,5%
ARTOP	52.735	1,3%
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	51.099	1,3%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

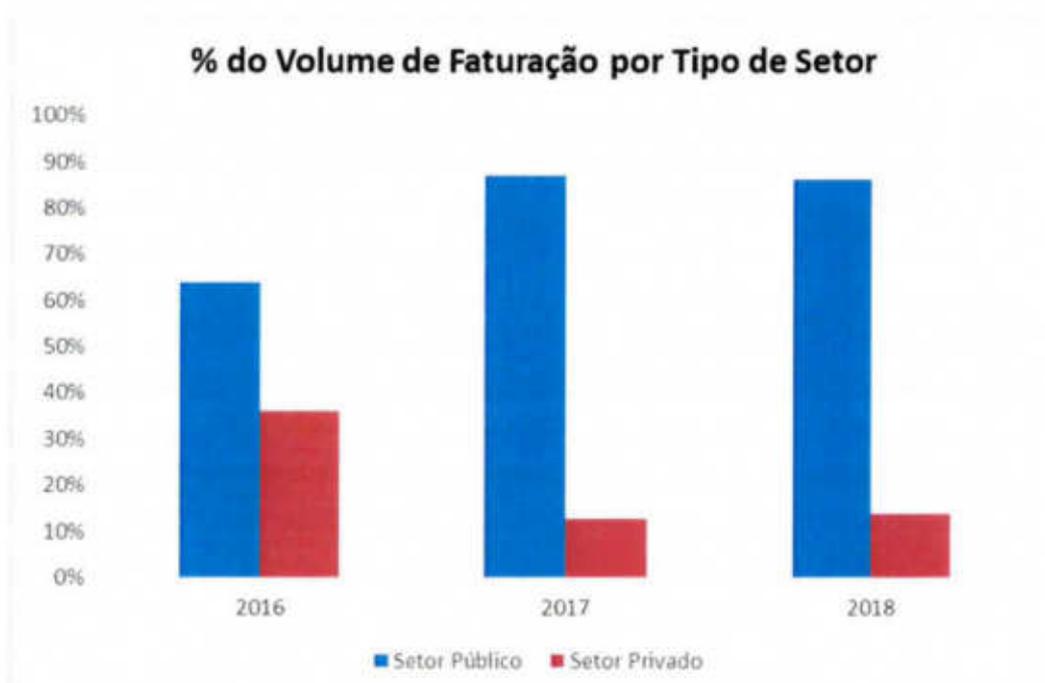
TIPOLOGIA DOS CLIENTES

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 86% da faturação neste setor, registando uma diminuição de 1% face ao ano anterior.

O setor privado regista cerca de 14% da faturação, ou seja, mais 1% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

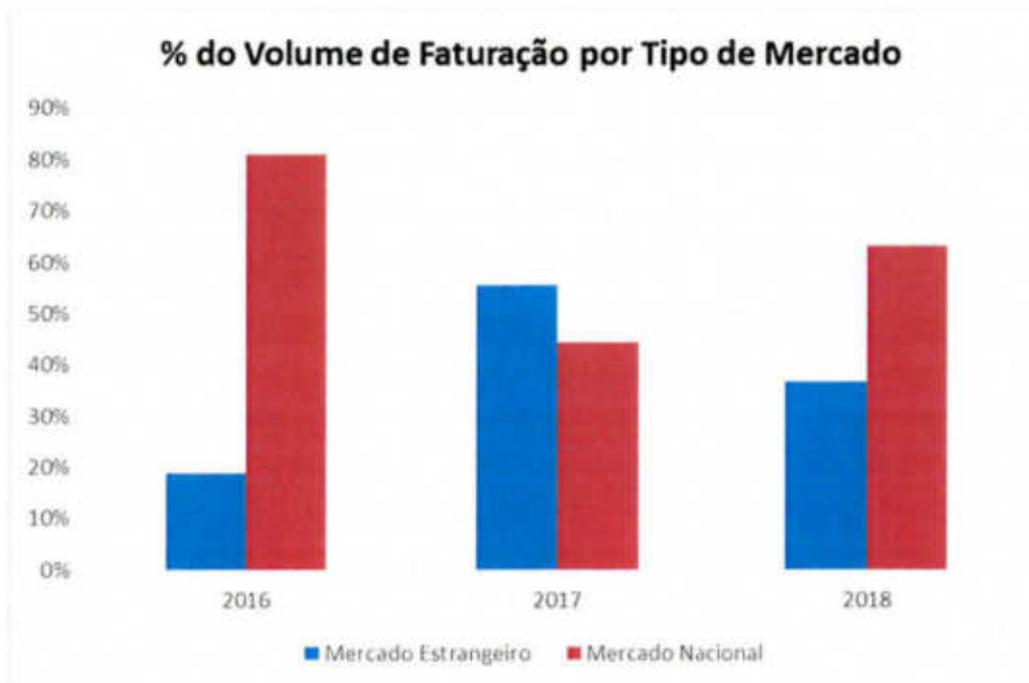
*R
35
A*

<i>Faturação</i>	2016	2017	2018
Setor Público	64,00%	87,16%	86,16%
Setor Privado	36,00%	12,84%	13,84%



Handwritten initials and numbers: "32" and "R".

<i>Faturação</i>	2016	2017	2018
Mercado Estrangeiro	18,86%	55,50%	36,81%
Mercado Nacional	81,14%	44,50%	63,19%



2.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2018, face ao ano transato, verificou-se um decréscimo nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2016	2017	Var % (16-17)	2018	Var % (17-18)
Ativos Intangíveis	0	0	0%	22.693	N/A
Ativos Fixos Tangíveis	145.216	271.323	87%	242.253	-11%
Total	145.216	271.323	87%	264.946	-2%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2018, tiveram um registo de 22.693 euros, originado pelo investimento num software de triangulação aérea.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou uma diminuição de 2%, originado pelo investimento de 242.253 euros, no ano de 2018. Deste investimento, 119.319 euros repartem-se essencialmente por equipamento básico e de transporte, necessários para projetos que estão a decorrer. O montante remanescente (122.934 euros) representa o investimento em imobilizado em curso, relativo à aquisição no final do ano de equipamento informático e de GPS.

2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Município continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado, de modo a cumprir com os requisitos da norma ISO 9001. Em 2018 foi concluída com sucesso a transição da norma ISO 9001:2008 para a ISO 9001:2015, o que implicou uma revisão profunda dos processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes, pelo próprio mercado e tendo sempre por base as orientações constantes da Política da Qualidade. Para tudo isto é indispensável o empenho de todos os colaboradores da empresa.

A Município continua a focar-se em 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Os Acionistas**
- **A Utilidade Pública**

Aquando da execução do Relatório e Contas ainda se estava a apurar o resultado final do grau de satisfação dos clientes através dos questionários efetuados. Contudo dos valores apurados do 1º, 2º e 3º trimestres foi possível concluir um grau de satisfação de 3,49. Iremos manter os questionários no ano de 2019, com o mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

A Administração continua a incrementar a competitividade da Município, tanto no mercado nacional, como no internacional, seja por via do investimento na formação, seja pelo investimento em ferramentas que potenciem uma maior eficácia.

Rze
A

2.5. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Município tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	 <p>SGS certificação acreditada IFAC</p>
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	 <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS</p>
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	 <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS</p>
Entidade formadora em Informática (489), programas não classificados noutra área de formação	 <p>DGERT DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO</p>

Handwritten signature and date: 2018

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
WHERE ARE YOU ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
CONNECT ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
UNIQUEPATHS ® UNIQUEPATHS	MARCA NACIONAL	VERBAL

2.6. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

Resultante do contrato "Regularização de Ocupações de Terras na Província de Nampula, de 144.714 títulos de DUAT para o Governo da República de Moçambique, foi necessário, no final do 4.º trimestre de 2018, recrutar dois elementos para o quadro da empresa.

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, recorrendo à subcontratação de serviços para suprir o trabalho advindo do acréscimo de projetos.

Pode-se verificar no quadro em baixo, um ligeiro aumento do número de efetivos a 31 de dezembro, motivado pelas 5 contratações realizadas ao longo do ano, e pelas 4 saídas impulsionadas por iniciativa dos trabalhadores.

EVOLUÇÃO RH	2016	2017	2018
N.º de efetivos	35	31	32

O quadro que se segue, regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que 88% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo", 6% tem um contrato a "termo certo" e 6% tem um contrato a "termo incerto".

R 32
A.

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2016	2017	2018
Contrato sem termo	30	29	28
Contrato termo certo	5	2	2
Contrato termo incerto	0	0	2
Σ dezembro	35	31	32

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **14** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **7** elementos;
- Direção Administrativa e Financeiro com **5** elementos;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **2** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **3** elementos;
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2018 é constituído por 32 trabalhadores. Desses, 11 são do género feminino e 21 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2016	2017	2018
Género Masculino	24	22	21
Género Feminino	11	9	11
Σ dezembro	35	31	32

RZE
A

Atualmente a média etária dos funcionários é de 44 anos, apresentando os recursos humanos da empresa uma estrutura sólida e capaz de transmitir conhecimentos, com experiência e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2016	2017	2018
De 40 a 69 anos	21	24	22
De 18 a 39 anos	14	7	10

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2016	2017	2018
Doutoramento	1	1	0
Mestrado	0	0	0
Ensino Superior	24	20	21
Ensino Secundário	10	10	11
3º Ciclo Ensino Básico	0	0	0
Total	35	31	32

Com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 34% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 66%.

ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Baixa emitida pela Segurança

R 35
 [Handwritten signature]

Social. Nesta tipologia de ausências inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

Tipos de absentismo no ano corrente:

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO & LUTO	GRÁV. LIGAD.	DESLOCAÇÃO & ESCOLA	AUTOS. MEDICINA E INVESTIGAC.	
Σ EM DIAS	68	25	51	12	0	6	3	165
PESO RELATIVO	41%	15%	31%	7%	N/A	4%	2%	100%

Tipos de absentismo no último triénio:

TIPOS DE ABSENTISMO	2016	2017	Δ% 2017/2016	2018	Δ% 2018/2017
BAIXA S. SOCIAL	99	52	-47%	68	31%
LICENÇA PARENTAL	0	0	N/A	25	N/A
DOENÇA	74	57	-23%	51	-11%
OUTRAS	28	18	-36%	21	17%
TOTAL AUSÊNCIAS	201	127	-37%	165	30%

Unidade: dias

Analisando e comparando os números de 2018 com o ano anterior, verifica-se um aumento do absentismo, com maior incidência na tipologia "baixa por doença" e pela "licença parental".

R 25


ESTÁGIOS

Em 2018, manteve-se a tendência de redução do número de estágios, decorrente essencialmente da sua curta duração, o que leva a que o tempo de estágio que medeia a adaptação/treino e a posterior aplicabilidade do apreendido seja demasiado curto para que os estagiários, na sua grande maioria, consigam produzir um trabalho de qualidade.

No final do ano de 2018, a empresa acolheu na Direção de Engenharia e Infraestruturas um estágio curricular, no âmbito do protocolo assinado com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, a aluna Letícia Moura, do curso de Mestrado em SIG e Modelação Territorial Aplicados ao Ordenamento (SIGMTO). Este estágio teve início em 10.12.2018 e tem a duração de 6 meses.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2016	2017	2018	MÉDIA
Σ DE ESTÁGIOS POR ANO	1	1	1	1
Σ DE ESTÁGIOS	3			

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa ao longo do último triénio tem mantido o seu investimento na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2016	2017	Δ% 2018-2017	2018	Δ% 2017-2016
N.º DE FORMANDOS	10	14	40%	10	-29%
N.º DE AÇÕES	40	38	-5%	20	-47%
HORAS DE FORMAÇÃO	341	583	71%	353	-39%



Neste quadro, pode-se observar que 31% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 353 horas, 12 horas (3%) foram de especialização e 341 horas (97%) foram despendidas em workshops, palestras e conferências.

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2016 e 2018, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

<i>Natureza</i>	2016	2017	2018	Peso % no total	Var. 16-17	Var. 17-18
Remunerações, Subs. Férias e Natal	765.021	988.509	758.851	69,73%	29%	-23%
Subsídio de alimentação	44.847	47.061	49.849	4,58%	5%	6%
Horas extra	1.539	1.473	2.901	0,27%	-4%	97%
Senhas de Presença	4.466	6.380	7.656	0,70%	43%	20%
Encargos patronais	174.499	225.304	182.380	16,76%	29%	-19%
Seguro Acid. de Trabalho e Seguro de Saúde	28.952	29.896	27.174	2,50%	3%	-9%
Formação	3.131	8.426	8.418	0,77%	169%	0%
Outras	441	2.888	4.781	0,44%	555%	66%
Higiene e Seg. Trabalho	956	1.789	1.527	0,14%	87%	-15%
Ajudas Custo	58.677	87.243	44.106	4,05%	49%	-49%
Créditos de formação e compensações	0	3.552	699	0,06%	100%	-80%
TOTAL	1.082.531	1.402.523	1.088.342	100,00%	30%	-22%

Unidade: Euro

Remunerações – Os gastos com pessoal diminuíram face ao mesmo período do ano transato, já que o projeto de Cabo Verde terminou e o projeto de Moçambique teve o seu início apenas no segundo semestre, sendo que os encargos com pessoal serão maioritariamente suportados pela consorciada.

Assistiu-se assim a uma diminuição de 23% no valor das remunerações, sendo mesmo inferior, ao registado em 2016.

O **subsídio de alimentação** – subiu 6% face ao ano anterior, por via da diminuição das ajudas de custo, verificadas em 2018, face a 2017.

As **Horas extra**, em 2018, foram de 2.901 euros, resultantes dos voos que tiveram de ser realizados ao fim de semana, para aproveitar as condições climatéricas favoráveis. Os voos solidários e do IFAP contribuíram para esta necessidade de horas extraordinárias.

O valor de 7.656 euros de **senhas de presença** subiu 20%, resultante de um maior número de reuniões necessárias de acompanhamento da gestão da empresa.

Quanto aos **encargos patronais**, tiveram um comportamento semelhante à variação das remunerações, tendo descido aproximadamente 20% pelas razões já aduzidas na rubrica remunerações.

Seguros – a rubrica de seguros registou uma pequena diminuição, tendência que deriva do menor número de funcionários, contribuindo para a descida de 9%, face ao exercício anterior. Esta rubrica, no próximo ano, irá aumentar tendo em conta os riscos inerentes ao projeto de Moçambique, o que fará incrementar os prémios necessariamente.

Quanto aos custos de **formação**, embora tenha havido uma redução nas horas de formação, mantiveram-se inalterados estes custos face a 2017, mantendo a empresa a necessidade constante de atualizar os recursos em áreas chave e que merecem permanente atualização.

A rubrica **Outras** – verificou-se um incremento de 66%, representando em termos absolutos pouco mais de 1.800 euros e que tiveram origem em consultas do viajante e medicamentos, bem como no jantar de Natal.



Higiene e Segurança no Trabalho – verificou-se uma ligeira diminuição na rubrica de higiene e segurança no trabalho, devido ao menor número de funcionários e às características dos projetos que apresentaram, menor risco do que no ano passado.

Ajudas de Custo – registou-se uma diminuição de 49% face ao ano anterior, já que associado ao projeto de Cabo Verde, havia um valor elevado de ajudas de custo. O facto do projeto de Moçambique se ter iniciado apenas no segundo semestre de 2018, contribuiu decididamente para esta diminuição.

Quanto aos **créditos de formação** registou-se apenas 699 euros relativos ao fim de contratos com pessoal, registados em 2018.



2.7. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2016	2017	Var.% (16-17)	2018	Var.% (17-18)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	2.437.545	3.523.858	45%	3.772.485	7%	3.244.630
Subsídios à Exploração	14.288	32.148	125%	0	N/A	15.479
Reversões de Imparidades	29.604	8.866	-70%	46.017	419%	28.162
Outros Rendimentos ou Ganhos	84.290	19.721	-77%	83.702	324%	62.571
Total dos Ganhos Operacionais	2.565.728	3.584.592	40%	3.902.204	9%	3.350.841
Gastos Operacionais						
Fornec. e Serviços Externos	1.227.083	1.903.789	55%	2.365.373	24%	1.832.082
Gastos com Pessoal	1.082.531	1.402.523	30%	1.088.342	-22%	1.191.132
Imparidade de dívidas a receber	8.680	0	-100%	0	0%	2.893
Outros gastos e perdas	44.113	22.396	-49%	45.317	102%	37.275
Gastos/reversões de depreciações	146.429	164.949	13%	208.046	26%	173.141
Total dos Gastos Operacionais	2.508.835	3.493.656	39%	3.707.078	6%	3.236.523
Resultados Operacionais	56.893	90.936	60%	195.126	115%	114.318
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	5.095	3.209	-37%	21.747	578%	10.017
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	39.873	66.782	67%	77.617	16%	61.424
Resultados Financeiros	-34.779	-63.573	-83%	-55.870	12%	-51.407
Resultados Antes de Imposto	22.114	27.363	24%	139.256	409%	62.911

Unidade: Euro

Rzfr
OK

GANHOS OPERACIONAIS

Volume de Negócios – o arranque do projeto "Regularização de Ocupações de Terras na Província de Nampula, de 144.714 títulos de DUAT", em Moçambique, teve um impacto significativo na rubrica de Volume de Negócios de 2018.

Este projeto, a par da "Aquisição de coberturas aerofotográficas digitais de Portugal Continental de 2018" para o IFAP, contribuiu decisivamente para gerar uma variação percentual de 7% face ao valor alcançado em 2017, superando em termos absolutos 250.000 euros aproximadamente, o exercício de 2017.

Embora estes projetos, se tenham destacado pelo volume, todos os outros projetos de menor dimensão contribuíram para o melhor registo de volume de negócios da história da Municíпия, com 3.772.485 euros.

Reversões de Imparidades - foi possível recuperar 46.017 euros relativos a imparidades registadas em anos anteriores, através de acordos que entretanto foram alcançados com os devedores.

Outros Rendimentos e Ganhos – os rendimentos que mais contribuíram para este registo foram a venda dos motores da aeronave, que mesmo esgotados em termos de vida útil, tem um valor de mercado passível de ser recuperado, quando vendidos e aceites pelo fabricante, tendo esta venda resultado em 36.000 euros. Outra parcela com contributo significativo, foi a resultante de arrendamento da sala de formação e outro espaço, no valor anual de 18.150 euros.

O total dos **Ganhos Operacionais** subiu 9%, equivalendo a um incremento de 317.612 euros face ao exercício transato.

GASTOS OPERACIONAIS

Fornecimentos e Serviços Externos – A rubrica registou um acréscimo de 24%, face ao ano transato, correspondendo a um incremento de 461.584 euros em termos absolutos. Este acréscimo significativo deve-se ao projeto de Moçambique "Regularização de Ocupações de Terras na Província de Nampula, de 144.714 títulos de DUAT", que está a ser realizado em consórcio com uma empresa local, que em coordenação com a Municípa já preparou logisticamente a operação e arrancou para o terreno.

Os **Gastos com Pessoal** baixaram significativamente face a 2017 (-22%), mantendo-se ao nível de 2016. Este decréscimo deriva do controlo de custos com vencimentos e do facto da operação iniciada já em Moçambique, recorrer aos recursos humanos existentes, com apenas 2 novos funcionários.

Outros Gastos e Perdas – verificou-se um incremento face ao ano transato de 102%, ficando esta variação de 22.921 euros, a dever-se principalmente a incremento de taxas pagas e correção de exercícios anteriores.

Depreciações – no presente exercício registou-se um incremento das depreciações, consequência dos investimentos realizados em equipamentos e substituição dos motores da aeronave.

O total dos **Gastos Operacionais** subiu 6%, em termos absolutos e representa uma variação de mais 213.422 euros, contudo, apresenta uma subida inferior à registada na rubrica de Ganhos Operacionais que regista mais 9% do que no ano anterior e mais 317.612 euros, face a 2017.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Resultados operacionais positivos, pelo quinto ano consecutivo e o mais elevado dos últimos 12 anos. Este desempenho resulta essencialmente da gestão de projetos de maior dimensão, que permitem uma melhor rentabilidade. No quadro seguinte retratamos apenas o último triénio:

<i>Exercício/Rubrica</i>	2016	2017	VAR. % (16/17)	2018	VAR. % (17/18)
GANHOS OPERACIONAIS	2.565.728	3.584.592	40%	3.902.204	9%
GASTOS OPERACIONAIS	2.508.835	3.493.656	39%	3.707.078	6%
RESULTADOS OPERACIONAIS	56.893	90.936	60%	195.126	115%

Unidade: Euro

A variação dos Ganhos Operacionais registada (9%) é mais do que proporcional, à subida dos Gastos Operacionais (6%), o que resulta num Resultado Operacional de 195.126 euros e numa variação face ao ano transato de 115%.

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

O recurso marginal às contas correntes caucionadas e o aproximar do fim do contrato de locação, permitiram controlar os gastos relacionados com juros. Contudo, há que somar o impacto bem mais penalizador dos encargos com garantias bancárias e o registo de uma pequena penalização num projeto de voo. Por outro lado, ao longo do exercício, foi possível em momentos de maior liquidez, realizar aplicações de tesouraria que resultaram em ganhos financeiros, a que se juntaram, juros obtidos por via dos processos de recebimentos em atraso, que foi possível receber no ano de 2018.



Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos o seguinte resultado:

	2016	2017	VAR. % (16/17)	2018	VAR. % (17/18)
JUROS E RENDIMENTOS	5.095	3.209	-37%	21.747	578%
JUROS E GASTOS	39.873	66.782	67%	77.617	16%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-34.779	-63.573	-83%	-55.870	12%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2018, alcançado um desempenho positivo, com **139.256 euros**.

Aos **Resultados Antes de Impostos**, seguem-se os impostos no valor de 133.163 euros, divididos por impostos correntes e impostos diferidos, respetivamente de 41.764 euros e 91.399 euros. O valor relativamente elevado de Impostos Diferidos, deveu-se ao efeito de anulação dos mesmos, por caducidade do direito à dedução aos lucros tributáveis futuros, ainda assim, permitiu alcançar em 2018, um **Resultado Líquido** positivo de **6.093 euros**, conforme documentado na Demonstração de Resultados.

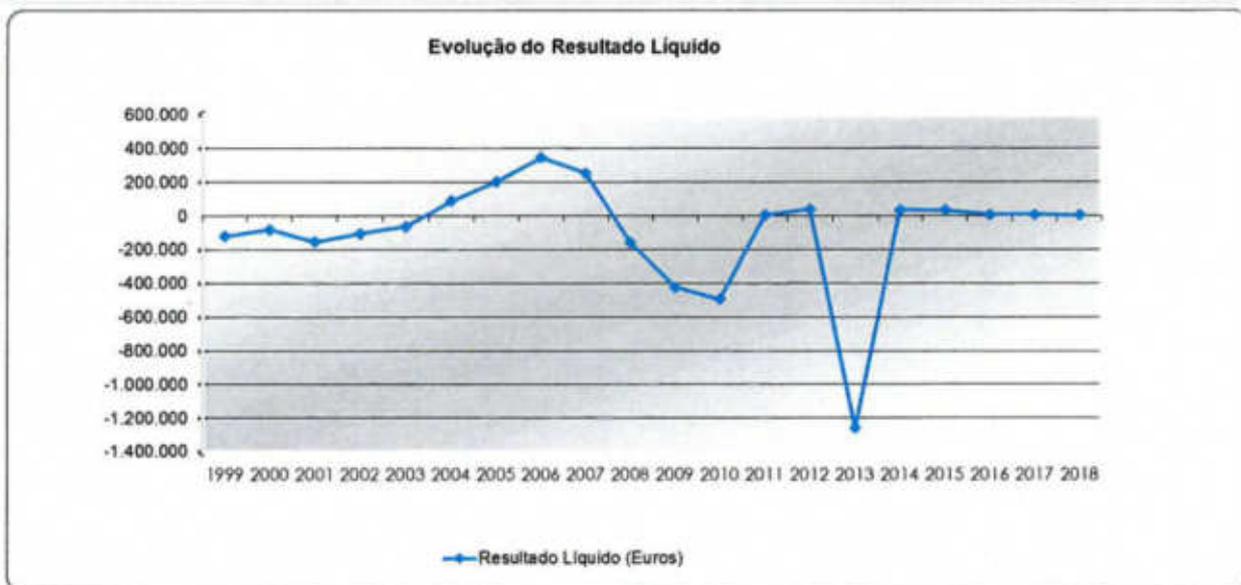
Handwritten signature and initials in blue ink.

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34
2001	-151.965	-91
2002	-104.053	32
2003	-61.238	41
2004	89.791	247
2005	205.745	129
2006	347.733	69
2007	257.180	-26
2008	-153.789	-160
2009	-419.737	-173
2010	-491.754	-17
2011	5.566	101
2012	41.347	643
2013	-1.259.227	-3.146
2014	36.687	103
2015	35.349	-4
2016	7.837	-78
2017	9.920	27
2018	6.093	-39
Média	-89.935	-

Handwritten initials and a signature in the top right corner.



INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2016	2017	2018	Média	Var 16-17	Var 17-18
Volume de Negócios	2.437.545	3.523.858	3.772.485	3.244.630	45%	7%
Rentabilidade das Vendas	0,32%	0,28%	0,16%	0,25%	-12%	-43%
EBIT (Resultado Operacional)	56.893	90.936	195.126	114.318	60%	115%
Resultado Líquido	7.837	9.920	6.093	7.950	27%	-39%
Cash Flow Líquido	154.266	174.869	214.139	181.091	13%	22%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apresenta o melhor registo de sempre da empresa, motivado pelo início de um projeto em Moçambique, bem como uma boa execução nos restantes projetos. O Volume de Negócios subiu 7% e representa um acréscimo em termos absolutos de 248.627 euros face a 2017.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Apresenta um valor baixo, fruto de margens baixas praticadas no mercado, tendo em conta que os operadores económicos insistem no critério de adjudicação do preço mais baixo. Este indicador, foi fortemente penalizado pelos impostos não correntes, que originaram um resultado líquido muito baixo, mas positivo.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – Pelo quinto exercício consecutivo, este indicador revela um registo positivo, com uma variação de 115%. Em termos absolutos, regista um incremento de 104.190 euros.

O valor alcançado é revelador de um bom desempenho operacional da sociedade, explicado pelo incremento do Volume de Negócios, controlo de custos e reversão de imparidades.

Resultado Líquido – independentemente do valor do resultado líquido positivo de 6.093 euros ser baixo, configura um prémio a toda a equipa Município (funcionários, gestão, acionistas e fiscal único) tanto mais, que este registo se repete nos últimos cinco exercícios económicos.

Cash Flow Líquido – Apresenta um registo de 214.139 euros, repartido por 208.046 euros resultante de depreciação e 6.093 euros com origem no Resultado Líquido.

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2016	2017	2018	Média	Var. 16-17	Var. 17-18
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	69.644	103.643	117.890	97.059	49%	14%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	83	93	75	84	-12%	19%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	81	81	142	101	0%	-75%

Unidade: Euro



Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – Tem registado um crescimento no último triénio, tendo em conta que o número de funcionários se tem mantido, e temos assistido a um incremento do Volume de Negócios.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, situou-se nos 75 dias, tendo melhorado em 19% face ao ano transato.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – A deterioração do número de dias médio de recebimento, resulta do atraso no pagamento por parte da empresa consorciada em Moçambique, que está a reunir as condições junto do banco e das finanças, para promover a transferência, que a curto prazo reequilibrará a tesouraria e consequentemente o prazo médio de recebimento.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se um acréscimo do ativo de curto prazo, em particular com origem no saldo de clientes, que superou a descida do saldo de bancos registada face ao ano transato.

Em simultâneo, verificou-se uma descida do passivo de curto prazo, tendo como principal contributo a descida do recurso a financiamento da dívida de fornecedores de curto prazo.

As duas variações em sentidos opostos, no ativo e no passivo, proporcionaram um acréscimo do indicador de liquidez geral, que passou de 2,0 em 2017, para 2,68 em 2018, correspondendo a uma variação positiva de 34%.

R32


<i>Tesouraria</i>	2016	2017	2018	Média	Var. 16-17	Var. 17-18
Liquidez Geral	2,31	2,00	2,68	2,33	-13%	34%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2016	2017	2018	Média	Var. 16-17	Var. 17-18
Autonomia Financeira	75,80%	74,00%	67,40%	72,40%	-2,4%	-8,9%
Solvabilidade	4,07	3,32	4,26	3,88	-18,4%	28,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,24%	0,30%	0,18%	0,24%	26,2%	-38,7%

Autonomia Financeira (CP/AT) – verifica-se um ligeiro decréscimo deste indicador (-9%), que se deve ao crescimento do ativo (mais 450.000 euros) que foram integralmente suportados sem recurso à banca, originando a referida variação.

Esta descida não coloca em causa o grau de independência da banca, mantendo-se 67% do ativo a ser suportado pelo capital próprio, o que constitui um excelente indicador.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A sociedade aumentou a capacidade de solver os seus compromissos, já que subiu ligeiramente o seu capital próprio, mas viu reduzir substancialmente o seu passivo total em 21%, o que permitiu um incremento deste importante indicador em 28%.



Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo de 2018, ainda que positivo, não remunera convenientemente os acionistas.

Neste exercício económico, fruto do impacto de impostos diferidos, este rácio continua a apresentar um valor reduzido.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade continua a alcançar nos últimos cinco exercícios económicos, Resultados Antes de Impostos, positivos. No quadro seguinte apresenta-se o último triénio:

Legais	Lei 50/2012		
	2016	2017	2018
Regra do Equilíbrio de Contas	22.114	27.363	139.256

Unidade: euros

Do exercício económico de 2018, **não resultará qualquer transferência de reequilíbrio**, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 139.256 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2018, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);

- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

Acionistas	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 18
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Serã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Acionistas

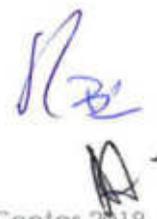
	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 18
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Botiças	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	-39,88
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Oihão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68

Handwritten signature and initials in blue ink.

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 18
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	15.569,26	52.876,07	58.110,14	120.801,00	-2.470,55

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011 e 2012 2014 a 2018	Total
Valores Liquidados	177.889	546.714	589.488	1.116.022	-22.715	2.407.397
Valores em Dívida	15.569	52.876	58.110	120.801	-2.471	244.886
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	2.652.283



2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2018, no valor de 6.093,08 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (304,65 euros), transferindo-se o remanescente de 5.788,43 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

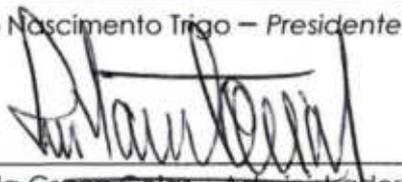
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípa, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 14 de janeiro de 2019

O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – Presidente



Rui Manoel da Graça Cotas – Administrador



João Pedro Brito da Silva – Administrador

11 32
AR

CONTAS DO EXERCÍCIO



Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Demonstração de Resultados por Funções

3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
BALANÇO

Período findo em: 31-12-2018

Contas Individuais

Montantes expressos em: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	2.138.244,59	2.098.994,42
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	17.649,90	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		5.940,41	5.224,37
Ativos por impostos diferidos	14	29.890,88	138.658,90
		2.191.725,78	2.242.877,69
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.466.466,31	862.444,84
Estado e outros entes públicos		15.371,48	31.441,89
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		17.714,78	13.556,83
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	15	913.321,22	603.151,86
Diferimentos		113.551,38	101.391,60
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	239.413,50	652.293,12
		2.765.838,67	2.264.280,14
Total do ativo		4.957.564,45	4.507.157,83

[Handwritten signature]
Pedro Buitrago de Foz

[Handwritten signature]
Pedro 61236

[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2018

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-264,98
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		52.135,95	51.639,95
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		48.305,26	38.881,07
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6.093,08	9.920,19
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.342.947,98	3.336.854,90
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	0,00	26.535,08
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		0,00	26.535,08
Passivo corrente:			
Fornecedores		488.869,66	549.529,22
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		108.243,94	43.100,62
Financiamentos obtidos	4/11	25.253,69	93.895,80
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		163.071,75	291.386,80
Diferimentos		829.177,43	165.855,41
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.614.616,47	1.143.767,85
Total do passivo		1.614.616,47	1.170.302,93
Total do capital próprio e do passivo		4.957.564,45	4.507.157,83

[Handwritten signature]
Pedro N. Duarte de Sá

[Handwritten signature]
Pedro N. Duarte de Sá

[38.737182, -9.304986]





Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31-12-2018

Contas Individuais

Moedas expressas em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	12	3.772.485,43	3.523.858,06
Subsídios à exploração	13	0,00	32.147,74
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-2.365.373,37	-1.903.789,27
Gastos com o pessoal	5.2	-1.088.341,73	-1.402.522,55
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	46.016,53	8.865,53
Provisões (aumentos/reduções)	+/-	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	83.702,10	19.720,97
Outros gastos e perdas	-	-45.317,10	-22.395,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	="	403.171,86	255.884,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7/8/10	-208.045,78	-164.948,58
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	="	195.126,08	90.935,94
Juros e rendimentos similares obtidos	+	21.746,69	3.208,89
Juros e gastos similares suportados	9	-77.616,56	-66.781,56
Resultado antes de impostos	="	139.256,21	27.363,27
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	-133.163,13	-17.443,08
Resultado líquido do período	="	6.093,08	9.920,19
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,01	0,02

Handwritten signature: Pedro Nunes

Handwritten signature: F. Pedro I. Bento de Sá

Handwritten signature: Pedro Nunes 61236



[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31-12-2018

Montantes expressos em Euros

Contas Individuais

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	+ 12	3.772.485,43	3.523.858,06
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-3.325.485,46	-3.105.123,00
Resultado bruto	=	446.999,97	418.735,06
Outros rendimentos	+ 12	129.718,63	60.734,24
Gastos de distribuição	-	-82.857,76	-120.356,91
Gastos administrativos	-	-253.417,66	-245.780,49
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-45.317,10	-22.395,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	195.126,08	90.935,94
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-55.869,87	-63.572,67
Resultados antes de impostos	=	139.256,21	27.363,27
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 14	-133.163,13	-17.443,08
Resultado líquido do período	=	6.093,08	9.920,19
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Pedro Nam
61236

[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31-12-2018

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	3.571.027,77	4.010.797,70
Pagamentos a fornecedores	-	-2.329.934,08	-2.026.121,32
Pagamentos ao pessoal	-	-831.891,60	-832.098,46
Caixa gerada pelas operações	+	409.202,09	1.152.577,92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-129.083,03	-20.471,06
Outros recebimentos/pagamentos	+	-403.757,02	-680.203,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+	-123.637,96	451.903,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-274.448,30	-271.323,18
Ativos intangíveis	-	-22.692,73	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	68.195,18	29.746,48
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	21.746,69	3.208,89
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+	-207.199,16	-238.367,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	694.246,31	599.069,12
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	20.450,72	1.587,74
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-789.423,50	-691.898,77
Juros e gastos similares	-	-7.306,04	-7.605,93
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-9,99	-9,99
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+	-82.042,50	-98.857,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+	-412.879,62	114.678,12
Efeito das diferenças de câmbio	+	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	- 4	652.293,12	537.615,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	- 4	239.413,50	652.293,12

Autenticação

Pedro Nunes
61236

[38.737182, -9.304986]



Handwritten initials and a signature in blue ink.



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018**1 – Identificação da Entidade**

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos

Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissos. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

R
30
A
A

e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 113.551,38 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 829.177,43 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 625.574,69 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 162.213,19 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 29.890,88 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos.

j) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	848,94
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	38.564,56
Aplicações de Tesouraria	200.000,00
Total	239.413,50

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Municípa é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 118.559,20 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7.800 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2018
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	849.412,07	0,00

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** apenas se registou um investimento num *software* de triangulação aérea, no montante de 22.693 euros, no ano de 2018.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.058,80	22.692,73	0,00	0,00	0,00	-45.600,00	722.151,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	22.692,73	0,00	0,00	0,00	-45.600,00	722.151,53
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	745.058,80	5.042,83	0,00	-45.600,00	704.501,63
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	5.042,83	0,00	-45.600,00	704.501,63
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.649,90
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.649,90
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						17.649,90

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 242.253 euros, no ano de 2018. Deste investimento, 119.319 euros foi para equipamento básico e de transporte, necessários para projetos que estão a decorrer. O montante remanescente (122.934

euros) representa o investimento em imobilizado em curso, relativo à aquisição de equipamento informático e GPS adjudicados no final do ano.

Em termos de abates, foram por obsolescência retirados do imobilizado, material informático e equipamento administrativo totalizando 148.113,23 euros de valor de aquisição, mas sem valor contabilístico ou de mercado.

Foram transferidos de imobilizado em curso para imobilizado firme, o montante de 130.790,30 euros, referentes ao processo de aquisição e substituição de motores da aeronave.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.196.900,19	69.707,20	0,00	0,00	0,00	-143.583,23	130.790,30	2.253.814,46
Equipamento de transporte	181.191,83	49.612,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.804,09
Equipamento administrativo	120.747,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.530,00	0,00	116.217,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.089.315,12	119.319,46	0,00	0,00	0,00	-148.113,23	130.790,30	4.191.311,65
Ativos fixos tangíveis em curso	130.790,30	122.933,66	0,00	0,00	0,00	0,00	-130.790,30	122.933,66
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						Saldo Final
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	427.146,61	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	450.514,65
Equipamento básico	1.516.600,92	125.851,67	0,00	0,00	-143.583,23	0,00	1.498.869,36
Equipamento de transporte	57.893,45	52.735,17	0,00	0,00	0,00	0,00	110.628,62
Equipamento administrativo	116.795,96	1.006,40	0,00	0,00	-4.530,00	0,00	113.272,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.674,06	41,67	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.121.111,00	203.002,95	0,00	0,00	-148.113,23	0,00	2.176.000,72
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.777,44
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	754.945,10
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.175,47
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.945,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.015.310,93
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.933,66
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.138.244,59

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	837.246,31	25.253,69

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	580.793,82	281.706,18

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2018, não se encontrava utilizado qualquer valor das contas correntes caucionadas, contudo da utilização das mesmas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	1.925,04
Juros das contas correntes caucionadas	2.407,49

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 208.045,78 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Cientes
Saldo inicial a 01-01-2018	375.966,65
Reversão	-46.016,53
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	0,00
Saldo final a 31-12-2018	329.950,12

A reversão teve origem nos acordos e recebimentos alcançados.

12 – Rédito

No ano de 2018, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 3.772.485 euros.

Neste valor estão incluídos 624.834,98 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 827.667 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2018, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2018 não beneficiou de subsídios.

14 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar
		2016	2017	2018	2018	
2013	1.209.521,53	563,86	20.470,56	82.709,09	1.105.778,02	0,00
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	0,00	44.355,02
2015	97.982,50	0,00	0,00	0,00	0,00	97.982,50
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.351.859,05	563,86	20.470,56	82.709,09	1.105.778,02	142.337,52

Unidade: Euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios
Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2014	44.355,02
2015	97.982,50
TOTAL	142.337,52

Unidade: Euros

(Taxa de IRC 21%): 29.890,88 euros

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	7.487,72
2017	1.995,66
2016	4.850,23
Total	14.333,61

Unidade: Euros

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

PEC perdidos no final de 2018: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2018: 1.105.778,03 euros

Existem 142.337,52 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos 142.337,52 euros, a que corresponde de Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 29.890,88 euros.

Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 14.333,61 euros, tendo-se perdido 0 euros.

Neste exercício foram utilizados parcialmente os prejuízos fiscais de 2013, no montante de 82.709,09 euros, tendo-se perdido o remanescente, no montante de 1.105.778,02 euros.

R
BS
AP

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	7.444
Tributações Autónomas	15.179
Derrama	1.772
Impostos Diferidos "Correntes"	17.369
Impostos Diferidos	91.399
TOTAL	133.163

Unidade: Euros

No âmbito do projeto de Regularização de Ocupações de Terras na Província de Nampula, de 144.714 títulos de DUAT não foi estimado o imposto referente à eventual retenção que a consorciada fará quando proceder à transferência recebida do cliente.

A consorciada recebeu a totalidade do adiantamento previsto (30% do contrato RDUAT), somente em 31.12.2018.

À data, não foi realizada a transferência e conseqüentemente o valor da própria retenção é desconhecido, ou pelo menos não é fiavelmente mensurável, quer o valor a reter, quer a sua potencial utilização em resultados futuros.

15 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2018:

- Um dólar americano (USD) = 0,87356 euros;
- Um metical (MZN) = 0,01410 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2018, foi de 32 pessoas.

Em 31.12.2018, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2018 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2004 2006	Lei 53-F/2004 2007	Lei 53-F/2004 2010	Lei 53-F/2004 2011/12	Lei 80/2012 2013	Lei 80/2012 2014	Lei 80/2012 2015	Lei 80/2012 2016	Lei 80/2012 2017	Lei 80/2012 2018
Regra do Equilíbrio de Contas	15.569	52.576	36.110	0	120.801	0	-2.471	0	0	0
Total	244.886									

Unidade: Euros

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2017 e 2018:

Descrição	2017	2018
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	14.528,45	7.321,32
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	265.326,65	244.885,92
Projetos Realizados a Faturar	264.615,61	624.834,98
Devedores Acresc. Rend. – Outros	0,00	739,71
Club M	8,00	44,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	11,31	7,48
MCV Integração movimentos	-340.793,65	-84.357,78
MCV transferências e pagamentos	340.793,59	84.357,72
MCV outros devedores e credores	1.031,87	0,00
Outros devedores e credores	24.090,00	1.810,40
Tarefeiros	70,18	207,62
Total	603.151,86	913.321,22

R
35
D. P.

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 244.885,92 euros, que estão devidamente detalhados na página 56 e seguintes deste relatório, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

Na rubrica de clientes ativo e na rubrica de Fornecedores do passivo foram deduzidos por compensação de saldos no balanço extra contabilisticamente o montante de 456.586,11 euros, valor que corresponde à parte do adiantamento que pertence à empresa consorciada, ou seja, 40% de participação, nos 30% do adiantamento do contrato que já recebeu e que se regularizou por esta via.

16- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afetam a situação da empresa.

Oeiras, 14 de janeiro de 2019

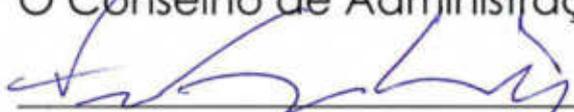
O Contabilista Certificado

61236

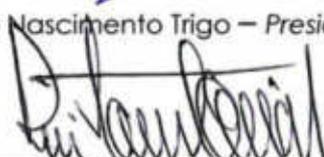


Pedro Nunes

O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – Presidente



Rui Manoel da Graça Coias – Administrador



João Pedro Brito da Silva – Administrador

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC**

--

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2 – Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2018

4 – Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 – Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2018 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2018.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por



Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)



diz

& associados-SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de 4 957 564 euros e um total de capital próprio de 3 342 948 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 6 093 euros, as Demonstrações de resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a

razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

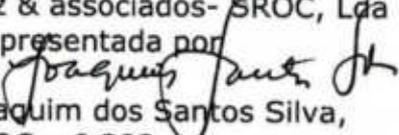
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

Diz & associados-SROC, Lda
Representada por

Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383